



Esalq

Manual dos calouros

Universitários vendem publicação com ofensas aos novos alunos

JULIANA FRANCO

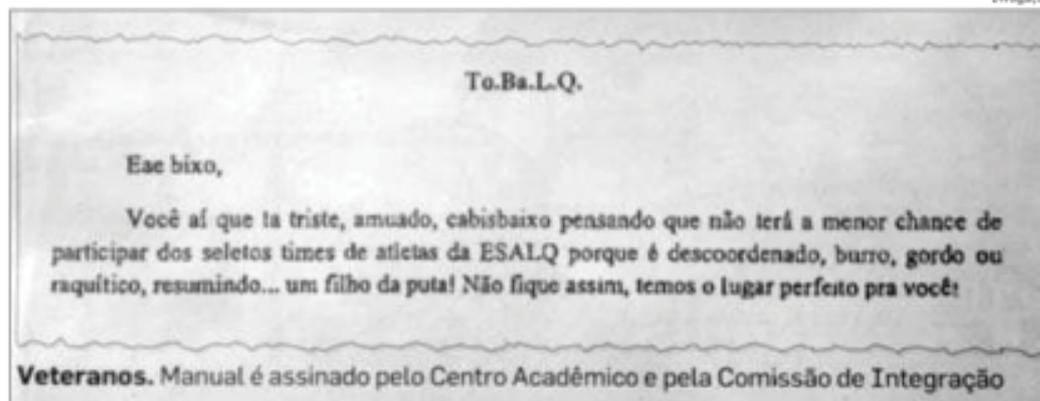
Da Gazeta de Piracicaba

juliana.franco@gazetadepiracicaba.com.br

“**E**ae bicho, você aí que tá triste, amuado, cabisbaixo pensando que não terá a menor chance de participar dos seletos times de atletas da Esalq porque é descoordenado, burro, gordo ou raquítico, resumindo...um filho da puta! Não fique assim, temos o lugar perfeito pra você!”. Estas são algumas das publicações que compõem o “manual de calouros”. O material foi distribuído no campus da USP (Universidade de São Paulo) de Piracicaba, como parte integrante do kit bicho, que também inclui um ingresso para a festa dos calouros e traz hinos como “É pinga, cerveja e chope no barril/As nossas buc... são as melhores do Brasil”.

Assinado pelo Centro Acadêmico e pela Comissão de Integração da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), a publicação convida os novos alunos para uma maratona de ingestão de bebidas alcoólicas, semelhante à atividade em que morreu o estudante da Unesp (Universidade Estadual Paulista), em Bauru, Humberto Moura Fonseca, de 23 anos. Na festa, o estudante morreu após beber 25 doses de vodka durante competição de resistência à bebida.

O material da Esalq foi apresentado durante audiência da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Trotes, pelo professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq Antonio Almeida, que estuda trote nas universidades há 14 anos. “Quando o professor apresentou o manual, o colocamos em contato direto com a as-



Publicação é assinada pelo Centro Acadêmico e pela Comissão de Integração da Esalq/USP

essoria jurídica da reitoria da USP, para que o reitor tivesse conhecimento do caso. Agora, me questiono, como um professor da Esalq libera um texto como este?”, questiona o deputado estadual Adriano Diogo (PT), que acrescenta: “Eles podem dizer que não acompanham a publicação na gráfica ou na diagramação. Mas esta publicação tem o mesmo layout há um tempo e, se é assinada pelo Centro Acadêmico Luiz de Queiroz (Calq) e pela Comissão de Integração (formada por um grupo de alunos responsável pelos eventos para os calouros), deve ter uma revisão antes de ser distribuída. Então, os docentes são, sim, responsáveis pelo que consta na publicação”.

Ainda segundo Diogo, os universitários não têm limites. “Eles apresentam o material durante a CPI dos Trotes. Isto mostra bem que as pessoas não têm o menor cuidado ou preocupação”.

Uma CPI foi instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), em dezembro de 2014, para apurar casos de violência e trotes em universidades

paulistas. Na Esalq, houve denúncia de estupro e uso de veneno para pragas contra um estudante.

Ontem, os participantes da comissão assinaram o relatório final do trabalho. “Se comparado a um livro, podemos dizer que a CPI dos Trotes fez o índice, pois o tempo foi muito curto. Ainda é necessário desenvolver os capítulos. Vamos sugerir para que as Câmaras Municipais, representantes estaduais e a própria Alesp dê continuidade ao trabalho”, diz o deputado estadual.

MANUAL

Na página 99 do manual, segundo publicado pelo jornal O Estado de São Paulo, um texto apresenta aos estudantes a torcida da atléctica conhecida como Tobaq (Torcida Baixaria Luz de Queiroz) e diz: “Aqui, o único pré-requisito é a baixaria”.

Em fevereiro deste ano, a Esalq assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) no Ministério Público no qual se comprometeu a combater os trotes. Durante a semana de recepção dos novos alunos em 2015, o campus convidou representantes do Ministé-

rio Público para orientar os estudantes sobre os trotes e sobre denúncias em caso de abusos.

OUTRO LADO

Por meio de nota da assessoria de imprensa, “a direção da Esalq afirma que tomou conhecimento da existência da referida publicação. Contudo, atesta que não patrocinou, nem esteve envolvida com a produção editorial e gráfica do texto e nem autorizou sua publicação. Diante da denúncia interposta, a diretoria encaminhou para procedimento de sindicância.”

O promotor Aluisio Antonio Maciel Neto disse que desconhece o manual e sua distribuição. Sua atuação foi por meio de um compromisso de cooperação mútua no combate ao trote violento. “Serve para que a escola possa nos fornecer elementos para punir eventuais excessos que ocorram dentro da instituição, disponibilizando uma equipe para fazer um acolhimento inicial dos casos e encaminhando diretamente para o Ministério Público, para que este possa acolher a vítima e tomar as providências necessárias”, explicou.

Divulgação